



**Município de Santa Marta de Penaguião  
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA  
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017  
N.º 05/2017**

**MESA DA ASSEMBLEIA:** Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

**PRESENCAS:** José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso, Manuel António Esteves Rebelo, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, António Manuel Rocha Gomes, João dos Santos Silva, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. -----

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Adérito Ribeiro Silvério, Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, Fernando José Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, -----

**AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, Vereadores. -----

**SECRETARIOU:** Helena Isabel Lima Pinto, Assistente Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

**HORA DE ABERTURA:** 18:00 HORAS. -----

**----- ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:** Aprovadas por unanimidade, em minuta no final das respetivas reuniões. -----



----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** - Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3** - Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** - Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, para fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Santa Marta de Penaguião, (n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Deliberação da Câmara Municipal de 05 de setembro de 2017); -----

----- **2.3** - Deliberar sobre a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesias, e respetivos contratos interadministrativos, no âmbito dos transportes escolares, (alínea k) n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 05 de setembro de 2017); -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão, cumprimentou os Senhores membros da Assembleia, o Executivo Municipal, e, ao público presente agradeceu a disponibilidade por, mais uma vez, assistirem à Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Antes de prosseguir com o registo das presenças, o Senhor Presidente da Assembleia lembrou aos presentes que esta Sessão seria a última deste ciclo eleitoral, e que em breve se iniciaria outro ciclo, após as Eleições do dia um de outubro. -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas dos Senhores Deputados Adérito Ribeiro Silvério (PPD/PSD), Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho (PPD/PSD), e do Senhor Presidente de Junta de Fontes, Hugo Alexandre Cunha Sequeira (PPD/PSD), não se fazendo representar por nenhum elemento da Junta de Freguesia de Fontes, e Fernando José Mourão Gonçalves. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1 – Apreciação e votação das Atas das Sessões anteriores.** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, informou que a última Sessão realizada tinha sido uma reunião Extraordinária, não se verificando a apreciação e votação da ata anterior e que, por esse motivo, seriam submetidas à apreciação, debate e votação, as Atas da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2017 e da Sessão Extraordinária de 03 de agosto, do mesmo ano. Solicitou ainda a concordância do Plenário para dispensa da leitura das referidas atas, uma vez que tinham sido distribuídas com antecedência, a todos os membros. -----

----- **1.1.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 30 de junho de 2017.** -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **1.1.2 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 03 de agosto de 2017.** -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, com duas abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD.** -----

----- **1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e da remetida por correio eletrónico. -----

----- **1.3 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de conceder o direito à palavra, prosseguiu, referindo o encerramento de um ciclo de quatro anos, do período de dois mil e treze a dois mil e dezassete, e que dará início a um novo ciclo após as eleições autárquicas, do dia um de outubro, afirmou ainda a riqueza da experiência que obteve em presidir ao nobre Órgão da democracia do nosso Concelho, e que apesar de ter sido Vereador, não presenciou muitas Assembleias Municipais. -----

----- Reconheceu o trabalho, em geral, de toda a Assembleia no contributo que deram pela dignificação da referida Assembleia admitindo que, eventualmente, poderia ter existido um desempenho mais reforçado numa perspetiva de intervenção em áreas que fossem do interesse para o Concelho, não estando sistematicamente cingidas à “Ordem de Trabalhos”, e que no futuro, se tiver a oportunidade de desempenhar as funções da Presidência da Mesa da Assembleia, iria propor o desafio de valorizar ainda mais as atribuições e competências da própria Assembleia, promovendo debates, não em sede de reunião, mas no sentido mais amplo e que possa ser do interesse do Concelho. Por último, agradeceu o contributo e a participação de todos os intervenientes, que dignificaram sempre a Assembleia Municipal, a democracia do nosso Concelho e o mandato que recebemos de todos os Penaguienses. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, apresentou dados estatísticos do decurso das Assembleias Municipais, relativamente às presenças e ausências dos Senhores Deputados, comprometendo-se a enviar toda a informação assim que reúna todos os elementos. Até à presente reunião, não inclusive, foram realizadas vinte e duas Sessões, com uma média de presenças de dezanove vírgula nove, num universo de vinte e dois elementos, o que corresponde a noventa por cento de presenças. Em relação às ausências no que concerne à bancada do Partido Socialista, ocorreram treze ausências, correspondendo a seis vírgula

seis por cento, relativamente à bancada do Partido Social Democrata, trinta e seis ausências, correspondendo a vinte e sete vírgula três por cento. Quanto às presenças dos Senhores Presidentes de Junta, tivemos vinte ausências, correspondendo a treze por cento, contudo estas ausências, em algumas Assembleias, foram substituídas por um representante, tal como previsto no Regimento da Assembleia Municipal e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso concreto das substituições, o Partido Social Democrata teve dezasseis substituições, seis delas nas Juntas de Freguesias o que corresponde a trinta por cento das ausências, por último, no que concerne à aprovação das Atas por unanimidade a média foi de setenta e cinco por cento. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, sugeriu, se na próxima Assembleia assim o entender, colocar estes dados à consideração dos digníssimos membros. -----

----- Solicitou o uso da palavra o Senhor Deputado, Jóni Madureira, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Exmo. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público em geral. -----*

----- *De acordo com a Ata quinze do Executivo, de dezoito de julho de dois mil e dezassete, as Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, apresentaram uma proposta decorrente da forte queda de granizo, ocorrido no dia seis de julho. A proposta contemplava um apoio financeiro do Município aos agricultores severamente afetados, subsídio este que contribuiria para fazer face aos custos acrescidos com a aplicação dos tratamentos extraordinários e à redução da receitas estimadas, integrava a proposta o Município sensibilizar as entidades competentes a necessidade de se analisar a possibilidade de considerar os seguros de colheita coletivos elegíveis em projetos de investimento à semelhança do que já acontece no subsector dos frutos e hortícolas, com os programas operacionais a proposta foi aprovada por unanimidade, na generalidade, ficando o apoio financeiro a ser ponderado,*



tendo em conta o enquadramento legal e eventuais decisões por parte do Ministério da Agricultura, uma vez que ainda estavam a fazer a avaliação dos prejuízos e das possíveis medidas a tomar. -----

----- Eu dirigia a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, e, gostava de saber que medidas foram aplicadas em concreto pelo Município.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa e os demais elementos, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-presidente e o Senhor Vereador, os Senhores Deputados e público em geral. -----

----- O Senhor Deputado Júlio Almeida, aproveitou a oportunidade da sua intervenção para endereçar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, à Senhora Vice-Presidente, ao Senhor Vereador e a todos os colaboradores envolvidos na realização da semana cultural, salientando o sentimento positivo e de enorme alegria que se gerou no dia do Feriado Municipal e que culminou com a realização do cortejo etnográfico, onde estiveram presentes todos aqueles que querem o melhor para Santa Marta de Penaguião, todavia lamenta o facto de não estarem representadas todas as Freguesias. -----

----- O Senhor Deputado Júlio Almeida teceu, também, elogios ao setor da restauração referindo a decoração do espaço e a confeção dos pratos, ao espetáculo da fadista Ana Moura, ao magnífico fogo-de-artifício e à grandiosa procissão, que muito contribuiu para a grande dinâmica que envolveu todos os dias da semana cultural. -----

----- Por último, O Senhor Deputado Júlio Almeida, afirmou que a alteração do feriado Municipal, do dia treze de janeiro para o dia vinte e nove de julho, tinha sido uma aposta ganha. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Cesário Canário, começando por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e os restantes elementos, o digníssimo Executivo, a Senhora Vereadora, os Senhores Deputados e o público em geral. Iniciou a sua intervenção,



corroborando as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, quando referiu que esta será a última sessão deste ciclo político, e aproveitou para dirigir as suas primeiras palavras de reconhecimento à Comissão Organizadora da Festa do Viso, ao Agrupamento 687 de Escuteiros de Fontes, aos Bombeiros Voluntários de Fontes, a todos os elementos do Executivo Municipal, Senhores Presidentes de Junta e a todos os convidados que fizeram questão de estar presente, enriquecendo esta grandiosa festa. -----

----- O Senhor Deputado Cesário Canário, recordou a intervenção do Senhor Deputado Jóni Madureira na última sessão Ordinária, considerando que fez apreciações pouco verdadeiras, e que recorreu à maledicência e à calúnia, tendo como principais visados, duas pessoas, um deles o Senhor Deputado Jorge Sampaio, que estava presente e que interveio, defendendo-se, provando que não era verdade aquilo que o Senhor Deputado Jóni Madureira havia dito, todavia o que mais o havia deixado perplexo, na altura não fez nenhum comentário porque não conhecia os factos. No entanto, já se encontra documentado e devidamente preparado para falar do Senhor Dr. Artur Vaz, que foi Presidente da Câmara nessa altura, a quem devemos algum respeito e ponderação nas palavras que proferimos, porque tinha sido um grande Senhor neste Concelho e continua a sê-lo, e recordou as obras importantes que foram realizadas no tempo em que foi Presidente da Câmara, nomeadamente a criação de uma rede viária invejável e a criação de uma rede pública de água através do sistema de saneamento básico em todo o Concelho. Dito isto, o Senhor Deputado Cesário Canário, convidou o Senhor Deputado Jóni Madureira a rever as suas palavras e pedir desculpas publicamente à Assembleia e ao Senhor Dr. Artur Vaz, pois possivelmente o Senhor Deputado terá sido induzido em erro. Acrescentou, ainda, que o Senhor João Pires, quem todos nós respeitamos e homenageámos, um dia foi treinar para o campo, quando andava lá a equipa do Santa Marta a treinar, situação que os próprios atletas ficaram incomodados e dirigiram-se ao Senhor João Pires, pedindo-lhe que se



retirasse para não perturbar o seu treino, contudo ele não quis sair, perante tal intransigência do Senhor João Pires, foram transmitir o sucedido ao Senhor Presidente da Câmara de então, o Dr.º Artur Vaz que foi falar com ele, lembrando-lhe que ser-lhe-á dada todas as oportunidades como a qualquer cidadão de Santa Marta de Penaguião, mas que deverá dirigir-se à Câmara e comunicar quais os dias em que pretendia treinar, sem coincidir com o treino dos atletas de futebol, e, em resultado das suas palavras, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Artur Vaz, convidou-o a sair, e mais uma vez o Senhor João Pires preferiu assumir uma postura de intolerância e não saiu, foi então que o Senhor Presidente da Câmara, sentou-se na bancada dando-lhe cinco minutos para sair, verificando-se que ao segundo minuto o Senhor João Pires, acatou a decisão, levantou-se e foi-se embora. O Senhor Deputado Cesário Canário referiu, uma vez mais, o cuidado e a atenção que devemos ter quando se fala do Dr. Artur Vaz, porque todos nós lhe devemos muito. O Senhor Deputado Cesário Canário, concluiu o assunto dizendo que entendia perfeitamente que o Senhor Deputado Jóni Madureira tivesse dispensado o seu tempo para falar do atleta João Pires, atendendo ser um conterrâneo seu, todavia com tanto interesse demonstrado ficou por entender as razões que levaram a não estarem presentes na sua homenagem, dando a perceber que apenas estariam interessados nos dois mil e quinhentos euros (2.500€), e em mais nada. -----

----- O Senhor Deputado Cesário Canário, continuou a sua dissertação recordando as palavras utilizadas na sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, em que referiu que o melhor de todas as coisas era aprender, e, confessou que aprendeu muito e que se sente muito feliz, porque apesar de ter participado durante muito tempo em cargos políticos, nomeadamente na Freguesia de Fontes, não tinha a noção do funcionamento da Assembleia Municipal. -----



----- Aproveitou, também, para fazer um balanço destes últimos quatro anos, e agradecer ao Executivo nomeadamente ao Senhor Presidente, Dr. Luís Machado, a dedicação e o empenho ao longo destes quatro anos, acrescentou que de facto quando se trabalha com sinceridade, rigor, compromisso e confiança, se conseguem alcançar excelentes resultados, deixando todos os Penaguienses felizes e orgulhosos, contudo nem sempre teria sido fácil alcançar estes resultados nomeadamente o equilíbrio das contas, o Executivo Municipal reduziu o seu défice em quarenta e cinco por cento (45%) da dívida do Município, aproximadamente um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000,00€), o trabalho desenvolvido na área da cultura e educação foi um compromisso de honra deste Executivo, não encerrando qualquer escola durante o atual mandato, salientou também o trabalho desenvolvido na juventude, no desporto, no ambiente, na ação social, e no trabalho de promoção de Santa Marta de Penaguião, conquistando as pessoas que visitam o nosso Concelho. -----

----- O Senhor Deputado Cesário Canário terminou a sua intervenção apelando para que a campanha eleitoral decorra com toda a normalidade e elevação, pugnando pelo respeito mútuo, considerando que se assim for todos ficavam a ganhar. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Joni Madureira que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *Senhor Deputado Cesário, quero-lhe agradecer a oportunidade de falar e de trazer à baila este assunto, acho que nem eu conseguiria fazer melhor. O Senhor ao trazer-me à baila este assunto, acusou-me de ter insultado várias vezes o Professor Artur Vaz, eu vou ler o que tenho em Ata, “o clube foi impedido de usar o estádio por ordem do Senhor Presidente da Câmara Artur Vaz, e porquê, pela diferença de cor política dos diretores do clube”. Eu até me custa falar nesse nome vou ser sincero não gosto nada do senhor, mas tenho que o levar até na minha família, porque ele até é primo da minha avó veja lá, eu a*

*única coisa de que o acusei é que ele não era democrata, quanto a isso eu não retiro nada, e a seguir o senhor continua a confabular, foi falar que expulsou o atleta, em momento algum falei que o atleta foi expulso, quem foi expulso foi a equipa toda, está em Português e está na Ata, se calhar deveria frequentar aqueles programas que a Câmara lançou do Língua Ler, capacidades cognitivas, que é para ler o que lá está escrito e já agora ainda bem que trouxe o assunto à baila, porque eu também fiz o meu estudo de casa, eu na última intervenção questionei o Senhor Presidente da Mesa se lembrava do assunto, tinha ido à escola solicitar para o clube ir treinar à escola, ele disse que se lembrava vagamente, afinal estava errado a conversa não foi na escola, foi na sua própria casa Senhor Presidente da Mesa, ficou decidido a cedência ao clube por duas pessoas, um diretor do Clube e um professor da minha aldeia, chamado Vítor Barbosa que foi falar consigo e o Senhor na altura mostrou-se indignado com o que se passou, por isso Senhor Deputado tenha cuidado com as insinuações que faz, porque aqui ninguém se esconde do que se diz, além disso está na Ata, qualquer pessoa que esta nesta sala vai ler que eu não acusei mais esse Senhor Artur Vaz do que não ser democrata e quanto a isso não retiro um ponto, não retiro uma vírgula, e, já agora aproveito o momento, estamos nos ditos minutos finais, eu acho que sobre este assunto nos escusamos de estar a trocar galhardetes porque o Senhor, do seu lado, tem uma pessoa que acompanhou todo o processo, é o momento de testar a memória do Senhor Vereador do Desporto, Senhor Moreira, testar se a memória ainda está intacta ou se sofreu alguma margem de desgaste, porque à data acompanhou todo o processo da criação do Clube, a sua manutenção, as picardias e ataques que o Clube sofreu, não há mais ninguém melhor do que ele para explicar o que se passou.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior que após cumprimentar, O Senhor Presidente da Assembleia e os restantes elementos da Mesa, o Executivo Municipal, os Senhores Deputados e o público em geral, disse: -----

----- Desde já, em primeira mão, quero agradecer as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, relativamente à forma como decorreram os trabalhos nesta Assembleia, houve alguns pontos de vista diferentes, mas que isto é perfeitamente normal no debate político e foi com muito gosto que estive presente estes quatro anos nesta Assembleia Municipal, e hoje nem estava para fazer qualquer intervenção, até indo ao encontro daquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, como é a última, estamos em campanha eleitoral, mas face às provocações feitas pelo Senhor Deputado Júlio Almeida e pelo Senhor Deputado Cesário, não poderei deixar de referir aqui algumas palavras. -----

----- Quanto ao Senhor Deputado Cesário, ó Senhor Deputado é mais do mesmo, anda para trás anda para a frente e é sempre a mesma coisa, só lhe vou lembrar de uma coisa. Saneamento em todo o Concelho, rede viária em todo o Concelho, água em todo o Concelho, o Senhor deveria se estar a referir à sua grande referência política de outrora que era Francisco Ribeiro, que agora é uma pessoa não grata para o Senhor, perde-se o poder, perde-se a influência, deixamos de ter as referências políticas. Ó Senhor Deputado, dizer aqui que o programa eleitoral foi cumprido na íntegra, isso politicamente é mentir, é ter muita lata da sua parte. -----

----- Quanto ao Senhor Deputado António Júlio, que deu aqui uma achega à Freguesia de Louredo, na verdade a Freguesia de Louredo não participou nos festejos do Cortejo Etnográfico, a Freguesia de Louredo durante quatro anos foi totalmente discriminada por este Executivo, vários pedidos feitos a este Executivo, muitos deles com resposta negativa e muitos deles sem resposta, mas mais Senhor Deputado, ele com estas dificuldades todas conseguiu fazer mais do que o Senhor, que nem com o apoio da Câmara conseguiu acabar uma casa de banho. -----

----- Além disso Senhor Deputado, também compreendo a sua intervenção, o Senhor deve ser um caso único neste país em que quase todo o agregado familiar trabalha na Câmara Municipal, compreende-se perfeitamente as suas intervenções. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, que se insurgiu contra as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Paulo Prior, exigindo respeito pela Assembleia, mais principalmente quando fala da sua família, afirmando que a Assembleia Municipal não deve ser um “vale tudo” de quem não tem argumentos políticos, porque de facto quem tem um “curriculum” de perdedor não poderá ter muitos argumentos. -----

----- No entanto, o Senhor Deputado Júlio Almeida, esclareceu que na sua intervenção não se referia à Junta da Freguesia de Louredo, porque também a Junta da Freguesia de Fontes não se fez representar e que as palavras do Senhor Deputado Paulo Prior demonstram que não está atento, nem frequenta os eventos que ocorrem no Concelho. -----

----- Por último O Senhor Deputado Júlio Almeida colocou-lhe uma questão, uma vez que o Senhor Deputado Paulo Prior tinha afirmado que o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Sever não fazia nada, qual a razão do Senhor Deputado Paulo Prior não ser candidato à Junta de Freguesia de Sever. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, ripostando a intervenção do Deputado Júlio Almeida, proferindo as seguintes palavras: -----

----- Ó Senhor Deputado António Júlio, não retiro uma única palavra, nem uma vírgula daquilo que disse e repito quantas vezes quiser. -----

----- Quanto às eleições em Sever, também lhe vou dizer uma coisa, é que há gente sem escrúpulos, há gente que gosta de estar no poder a qualquer custo, há gente que não tem cultura democrática, o Senhor democraticamente é uma banalidade e vou-lhe dizer porquê, porque na lista de Sever, infelizmente há gente como o Senhor a pressionar os candidatos do (PSD), mas eu vou-lhe dizer quem, não é como o Senhor Deputado Cesário que fala pelo

que ouviu dizer, eu tenho aqui os documentos, pessoas que foram fortemente pressionadas pelo Senhor ou por alguém ligado a si para desistirem das listas, no sentido de destruir a lista do (PSD), mas não conseguiu, e sabe quem é, e depois isto com esta coisa rocambolesca, tudo isto com o apoio dos funcionários do Município, ou seja, é um funcionário do Município que relativamente a um candidato em pleno período laboral, o senhor José Afonso que está ali, é ele que vai entregar o requerimento no tribunal é o próprio funcionário que vai entregar o requerimento, ele não me vai desmentir porque eu estava lá presente, e com assinaturas, porque quem desiste a assinatura tem que ser reconhecida, com a assinatura de uma ilustre advogada que trabalha nesta Câmara, também em horário laboral, ou seja, o senhor pressionou fortemente os candidatos do (PSD), tudo isto com ajuda de funcionários deste Município. Temos o funcionário José Afonso Gonçalves, que é assessor no âmbito das intenções do Marão e da Rota Nacional n.º 2, e, se estivesse a fazer o seu trabalho, em vez de, passo a expressão e com todo o respeito, fazer de moço de recados, a entregar requerimentos no tribunal, a Rota Nacional n.º 2, não era o que é hoje. -----

----- Sabe que eu fiz a Rota Nacional n.º 2, e, Santa Marta tem um funcionário afeto a esse fim, somente a esse fim com uma retribuição de onze mil novecentos e quarenta e um mil euros (11.941,00€), e eu vou fazer a Rota Nacional n.º 2, e vim à Câmara pedir informações, olhe o que me deram (panfleto), um ano de trabalho resume-se nesse papel, e eu fui fazer a Rota Nacional n.º 2, sabe o que eu vi, basicamente nada, tirando o trajeto de Santa Marta a Lamego, de resto passa totalmente despercebida, em vez de andarem a fazer o seu trabalho, andam-se a ocupar com trabalhos políticos de uma forma vergonhosa e que nada valoriza, por isso tenho que dizer que faço parte da lista de Sever com todo o gosto, não a consegui destruir e o seu comportamento é vergonhoso, o senhor politicamente é uma banalidade.” -----



----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção, cumprimentando O Senhor Presidente da Mesa, os restantes elementos da Mesa, os Senhores Deputados, e o público em geral, e agradeceu a forte presença do público, sinal de apoio e de incentivo ao Executivo Municipal. -----

----- Aludiu o facto de ser a ultima Assembleia deste ciclo político, afirmando compreender a existência de algum nervosismo e insegurança na bancada da oposição, contudo está sereno e confiante pelo trabalho desenvolvido ao longo do mandato. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, optou por responder diretamente à questão dos apoios financeiros inerentes das intempéries defendendo o alargamento do âmbito através da criação de uma taxa de navegabilidade no Douro, no entanto lamenta que nenhuma individualidade afeta ao Partido Social Democrata defendesse esta iniciativa, todavia será uma iniciativa para apresentar na Assembleia da República, e que permitirá cobrir as contingências resultantes das intempéries, esclareceu ainda que qualquer apoio financeiro atribuído pelo Município, obriga à existência de um regulamento Municipal, e lastima que as propostas sejam feitas fora de contexto e sem uma estratégia definida. Relativamente ao seguro nas candidaturas “VITIS”, os quadros comunitários só vão ser objeto de revisão em dois mil e dezoito, necessitando de aprovação a nível Europeu, o que não será de todo fácil.

----- Terminou afirmando, uma vez mais, que quando a taxa de navegabilidade sobre o turismo fluvial do Douro for aprovada, passará a existir um mecanismo financeiro que irá permitir assegurar esses prejuízos. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate a quem desejasse intervir, e, não havendo quaisquer pedidos deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que, relativamente à Estrada Nacional n.º 2, a responsabilidade é da Associação dos Municípios da Rota Nacional n.º 2, todo o trabalho que esta a ser feito foi de comum acordo, no entanto foi interrompido em junho porque muitos Presidentes, com o aproximar da Eleições Autárquicas, não tinham disponibilidade, e mantendo-se em “Stand by”. Mais esclarece que os dois “visados” nesta Assembleia, não têm vínculo à Câmara, têm apenas um contrato de Prestação de Serviços, desta forma tudo o que foi dito não corresponde à verdade. -----

----- No que concerne à apresentação dos resultados do “Língua Ler” lamentou o facto de ter existido um elemento do Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) a fazer uma referência depreciativa, manifestando uma falta de respeito e de sensibilidade por quem tem dificuldades, repudiando a comparação de um programa que pretende ajudar quem tem dificuldades de aprendizagem com a “brejeirice” política. No entanto, os excelentes resultados deixam antever boas perspectivas e que em breve será um plano nacional do Ministério da Educação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara analisou o evento da “Caminhada Noturna”, referindo que mais uma vez superou as expectativas batendo mais um recorde no número de participantes, felicitando todos os envolvidos na campanha publicitária e promoção, quanto à “Semana Cultural” aproveitou para clarificar alguns enganos, nomeadamente com o contrato da artista Ana Moura que possibilitou poupar sete mil euros (7.000,00€), elucidando que quando se contrata uma artista há uma série de outros itens que é preciso ter em conta tais como gerador, camarins, refeições e dormidas, no entanto não são elencados no contrato, garantindo que o valor gasto foi exatamente o valor de mercado, sendo do conhecimento de



qualquer organização de festas, pois os contratos são previamente definidos pela tabela de preços que cada empresário tem, lembrou ainda da rescisão com o artista José Cid acrescentando que foi a única Câmara Municipal que não pagou qualquer indemnização, e desta forma ao fazer “chave na mão” permitiu poupar sete mil euros (7.000,00€). -----

----- Em relação às palavras proferidas pelo Senhor Deputado Paulo Prior, que referiu que a União de Freguesias Louredo e Fornelos foi discriminada negativamente, recordou que neste mandato a Câmara Municipal transferiu para as Juntas de Freguesias um milhão quarenta e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos (1.042.655,69€), para todas, desse montante só a União de Freguesias Louredo e Fornelos, recebeu, cento e quarenta e cinco mil e cento e cinquenta e dois euros (145.152,00€), sendo a terceira freguesia a receber mais, neste sentido questiona como é possível um Presidente de Junta querer obras, se vota contra o “Plano de Atividades e Orçamento”, como é que um Presidente de Câmara pode fazer uma obra numa Freguesia em que o próprio Presidente da Junta não quer. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara clarificou também a questão da dívida, indicando que os dados levantados dizem respeito ao resultado líquido, tendo em conta que havia um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€) a fornecedores que foi regularizada por este Executivo. -----

----- No que diz respeito aos Lares para os idosos, informou que a Câmara não irá fazer nenhum lar, nem seria possível, e explica que apenas há duas vertentes, através do investimento privado, ou através de acordo com a Segurança Social, porém os acordos com a Segurança Social estão fechados. Informou também que o “Centro Social e Paroquial de São Miguel de Lobrigos” tem um projeto em parceria com a Câmara Municipal para aumentar em vinte camas, adaptando o espaço que era creche e jardim-de-infância, sendo um compromisso deste Executivo. -----

----- Indicou que, pela primeira vez, foi apresentada uma vasta lista de dívidas a fornecedores, devendo-se à realização da Assembleia Municipal no meio do mês, e pelo facto de ainda não terem recebido os duodécimos, cerca de trezentos e quatro mil euros (304.000,00€), o que totaliza duzentos e noventa e nove mil euros (299.000,00€), estando coberto, todavia ainda há para receber duzentos e treze mil euros (213.000,00€) das “Águas do Norte”, mais cinquenta mil (50.000,00€) das intempéries, mais um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€) de transferências de “Orçamento de Estado”, dividido pelos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, trezentos mil euros (300.000,00€) pelos respetivos meses, que subtraindo a despesa com o pessoal, que é fixa e que ronda os cem mil euros (100.000,00€) por mês, com o subsídio de natal ficará nos quinhentos mil euros (500.000,00€), cumprindo assim escrupulosamente as responsabilidades, deixando o próximo Executivo sem encargos e com dinheiro, solicitou a atenção dos presentes indicando que quando este Executivo tomou posse, havia um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€), pagou-se um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000,00€), pagou-se seiscentos e vinte mil euros (620.000,00€) das intempéries, que dará depois de descontado, quinhentos e oitenta mil (580.000,00€), conseguindo atingir o melhor momento de sempre a nível financeiro dos últimos vinte anos, referindo ainda que nunca esta casa tinha chegado, “a umas eleições tão livre e tão limpa para quem vier a seguir”, para que as pessoas possam perceber, e mais tarde recordar, o exercício efetuado durante estes últimos quatro anos. -----

----- Aproveitou para falar do hotel da Cumieira e recordar que na decisão que esta Assembleia tomou relativamente ao empreendimento hoteleiro da Cumieira, não era possível isentar na totalidade, legalmente não era possível, não sendo justo dizer que lhes foi cobrado dezassete mil euros (17.000,00€), ao invés de dizer que dos vinte e cinco mil (25.000,00€), a Câmara Municipal perdoou oito mil euros (8.000,00€), considerando ser uma abordagem diferente e mais fidedigna, apelando a veracidade dos números apresentados,



colocando à disposição, de quem quiser se dirigir à contabilidade e levar as contas autenticadas pelos serviços de contabilidade do Município. -----

----- Terminou desejando a todos uma excelente campanha eleitoral, solicitando o respeito e que façam “jus” à verdade dos factos. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira dizendo que, relativamente ao programa “Língua ler”, achava que era um programa muito importante e por isso, iria fazer uma declaração de interesse, que se transcreve na íntegra. -----

----- *Eu, depois de ter acabado uma Licenciatura, três Pós-graduações, uma Especialidade e um Mestrado, tive necessidade pessoal de fazer programação a nível linguístico, não porque tinha dificuldade mas porque queria ser melhor, eu, ao aconselhar o Senhor Deputado Cesário a fazer isso é para ter um adversário mais forte, se não isto não tem piada, quero que ele desenvolva competências!* -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **2.2** – Deliberar sobre aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, para fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Santa Marta de Penaguião, (n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- *Considerando que:* -----

----- *1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação em mercado liberalizado, do Fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão*

Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município (incluindo as instalações Iluminação Pública), bem como o fornecimento de Gás Natural para as instalações de consumo abastecidas em Baixa Pressão (BP) - encontrando-se as respetivas instalações identificadas em anexo à presente Informação - pelo prazo de 1 (um) ano; -----

----- 2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, na 80ª reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, realizada em 28 de junho de 2017, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum, tendo ainda alguns municípios manifestado o interesse na aquisição de Gás Natural; -----

----- 3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar quer o procedimento de aquisição de energia elétrica, quer o de aquisição de gás natural; -----

----- 4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso, com lotes diferenciados para Energia Elétrica e Gás Natural, com vista à celebração de contratos de aquisição de energia e gás, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo); -----

----- 5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 28 de junho de 2017 e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento

aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar; -----

----- 6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos; -----

----- 7. No que ao Município de Sta. Marta de Penaguião diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a Câmara Municipal, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Sta. Marta de Penaguião que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pela componente da energia em mercado liberalizado pelo Município possa ser na ordem de: -----

----- a) LOTE 1 – Aquisição de Energia Elétrica: 101 579 €; -----  
a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e conseqüentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das “Componentes de Acesso às Redes”, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), as “taxas de radiodifusão” e o “imposto especial sobre o consumo de eletricidade”, acrescentando-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor. -----

----- 8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em 326 256 € para a energia elétrica, cujos encargos terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais de 2018. -----

----- 9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam, como referido no ponto anterior, no valor de 326 256 €;-----

----- 10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto do procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

----- a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de

Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo por lotes e subsequente celebração de contrato (s) em ordem à aquisição de energia elétrica (em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal) e de gás natural, para as diversas instalações das entidades subscritoras; -----

----- b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

----- c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido. -----

----- d. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam no valor anual de 326 256 €.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 05 de setembro de 2017. -----



----- Solicitou a palavra O Senhor Presidente da Câmara clarificando a natureza do contrato, que diz respeito à energia elétrica e ao gás natural, no entanto, por uma questão de consideração com a “Douro Gás”, a Câmara Municipal apenas irá participar na energia elétrica, pela razão que a “Douro Gás” estava obrigada investir apenas na sede do Município, à custa do orçamento da “Douro Gás”, sem participação em Fontes e sem participação em Lorigos, e consta no “Plano de Atividades” investimento na Cumieira, e, sendo uma empresa comercial que é, tendo em conta que Santa Marta de Penaguião é o único Município que tem já duas Freguesias autónomas com gás natural na região de Trás-Montes e Alto Douro, atendendo a essas considerações optou-se por não integrar na parte de luz ou gás, o que poderia potencialmente ser uma empresa espanhola ou francesa e fazê-lo, porém, em consideração, optamos por não integrar a questão do gás. -----

----- Solicitou a palavra O Senhor Deputado Paulo Prior que colocou algumas questões, nomeadamente qual seria a diferença de custo entre a “Douro Gás” e a nova empresa, se tinha conhecimento de quem é o administrador da empresa “Douro Gás” e, por fim, se sabia quem são os principais acionistas dessa empresa. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara de forma a responder às questões colocadas, começando por dizer que, quanto às diferenças de valor, só depois de ler as conclusões do relatório é que o saberia, pelo que não era possível comparar preços que ainda não existiam, quanto ao administrador da empresa, era o Senhor Francisco Magalhães que é de Guimarães e que gosta muito de Santa Marta de Penaguião, por fim disse desconhecer quem sejam os acionistas da empresa. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.3** – Deliberar sobre a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesias, e respetivos contratos interadministrativos, no âmbito dos transportes escolares, (alínea k) n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de competências nas Juntas de Freguesias e respetivos contratos interadministrativos no âmbito dos transportes escolares, com o seguinte teor: -----

----- *No seguimento das reuniões e contactos efetuados com os Ex.mos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia do Município, para a organização deste ano letivo de 2017/2018, foi-me dado a conhecer que continuam interessados em assumir a responsabilidade dos horários de prolongamento e de apoio às famílias nos pré-escolar e 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico bem como os transportes das suas crianças para as respetivas escolas a frequentar.*

----- *Desta forma, e para continuar a garantir um bom e eficiente serviço nesta área tão importante, considerando que a Autarquia já assume o pagamento da técnica e da tarefaira, proponho que se celebre um contrato interadministrativo relativo aos transportes escolares, cuja minuta se anexa à presente proposta, para apreciação e deliberação do Executivo Municipal.* -----

----- Anexo A -----

Freguesia/ União de Freguesias	Localidades	Custo diário	N.º dias (Ano Letivo)	Total a Transferir
Alvações do Corgo	Alvações do Corgo	40,00 €	177	7 080,00 €
Fontes	Paredes D' Arcã/ Soutelo/ Tabuadelo/Justos/Crestelo	70,00 €	167	11 690,00 €
Medrões	Medrões/Moura Morta/Fontes	40,00 €	177	7 080,00 €
Sever	Sever/Banduge/Concieiro Paredes/Mafômedes/Veiga	70,00 €	177	12 390,00 €
Lobrigos (São Miguel, São João) e Sanhoane	Sanhoane/Vila Maior/Santa Marta Penaguião/Lourentim	60,00 €	177	10 620,00 €
Louredo e Fornelos	Fornelos/Fiolhais/Paradela do Monte	68,00 €	199	13 532,00 €

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 05 de setembro de 2017. -----

----- Solicitou a Palavra o Senhor Presidente da Câmara, no intuito de clarificar quanto à delegação de competência para os transportes escolares, afirmando a necessidade de ser reanalisado, em particular na Junta de Freguesia de Fontes, que numa primeira hora se comprometeu a fazer o transporte de Tabuadelo e de Justos, mas que não está a cumprir, sendo o Município a garantir esses transportes às crianças de Tabuadelo e de Justos e que, naturalmente, terá que se reequacionar essa situação e verificar se o próximo Executivo assumirá ou não esse compromisso, sendo à posterior descontados os valores numa transferência de verbas. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a Mesa não registou qualquer pedido de intervenção do público, pelo que solicitou a leitura da minuta da ata. -----

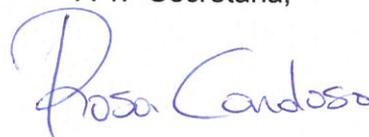
----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:20 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Alberto Moreira Araújo

A 1.ª Secretária,



Rosa Martins Cardoso